

Reunificação: o Próximo Grande Projecto Europeu - Entrevista com José Manuel Durão Barroso

Álvaro de Vasconcelos

O actual líder do PSD defende a necessidade de recorrer a mecanismos de natureza federal no processo de construção europeia, mas não se considera um federalista empedernido.. Recusa o projecto de super-Estado europeu e fala dos EUAS como o centro deslocado da Europa. Para José Manuel Durão Barroso, os "alargamentos" - ou, como prefere dizer, a "reunificação" - devem ser o grande projecto europeu.

Álvaro de Vasconcelos - O processo europeu tem assentado naquilo a que os franceses chamam "*les grands projets mobilisateurs*". O último foi o euro. Parece-me que há uma certa angústia entre os europeus por não saberem qual é o grande projecto depois do euro; uns dizem que é a política de defesa, outros que podem ser os alargamentos.

J. M. Durão Barroso - A meu ver, deve ser a reunificação. Prefiro este termo a "alargamento", porque não se trata propriamente de uma questão de elasticidade da Europa mas sim de um grande desígnio histórico, cultural e estratégico. A Europa finalmente reunida, reunificada sob valores comuns - os valores da civilização europeia, naquilo que ela tem de mais exaltante, que é o respeito pela dignidade da pessoa humana, pelos direitos do homem e o primado da democracia. Esta é para mim a grande tarefa histórica do presente. O que me parece que está a acontecer é que, em vez de se terem colocado os alargamentos como objectivo mobilizador, a tendência foi para "arrastar os pés" - e por isso tivemos em Nice um confronto mesquinho.

AV - O alargamento é de facto o grande projecto europeu. Mas será que faz sentido delimitar as fronteiras da futura Europa?

JMDB - Vão ter que ser definidas, decerto, mas concordo que essa é uma das tarefas mais difíceis - se não a mais difícil - não só no plano político mas também de um ponto de vista intelectual. Idealmente, não deveria haver fronteiras a não ser as da Europa geográfica, mas mesmo aí há dúvidas em relação aos países de transição, como é o caso da Turquia, país euro-asiático, ou da própria Rússia, uma águia com duas cabeças... Deveríamos, perante o sombreado do desenho, acentuar os elementos de identidade política, nomeadamente em torno dos valores da democracia e da economia de mercado. Parece-me contudo difícil admitir que a Rússia venha um dia a fazer parte da União Europeia. Uma vez usei a expressão "é difícil dançar com alguém que pese várias centenas de quilos mais que nós". A Rússia é grande de mais para se integrar num projecto de associação que pode aliás ter uma natureza federal e que supõe um certo equilíbrio.

AV - Nem todas as famílias políticas europeias têm assumido a posição de que a identidade europeia assenta nos valores quando abordam a questão da candidatura da Turquia. Há quem defenda que a União Europeia tem uma identidade judaico-cristã e que, portanto, uma Turquia onde predomina a religião muçulmana não poderia ser membro.

JMDB - A identidade judaico-cristã teve um papel determinante na formação do próprio conceito de Europa, isso é indiscutível. Segundo alguns as grandes fontes

da Europa seriam Roma, Atenas e Jerusalém, mas convém lembrar que Jerusalém não é apenas judaica mas sim a cidade das três grandes religiões monoteístas, incluindo o islão. Entendo que não podemos excluir um país em razão da sua religião porque isso seria ir contra os valores que sustentam o carácter não confessional dos Estados europeus. Desde que, no plano da democracia, do Estado de direito e do sistema económico não haja objecções, sou favorável à adesão da Turquia, embora reconheça que vai ser muito difícil num futuro próximo.

AV - ... Vai ter primeiro que cumprir os requisitos...

JMDB - Existem dificuldades de ambos os lados, porque ainda há um caminho a percorrer dentro da própria Turquia e porque, sejamos francos, há objecções sérias em muitos círculos europeus...

AV - ... círculos que têm uma visão mais identitária, culturalista da Europa.

JMDB - Exactamente. Ou pura e simplesmente consideram que é uma tarefa demasiado pesada para a União Europeia integrar um país muçulmano.

AV - Mas o islão é já hoje uma religião europeia, mesmo sem a Turquia.

JMDB - Existem dificuldades de ambos os lados, porque ainda há um caminho a percorrer dentro da própria Turquia e porque, sejamos francos, há objecções sérias em muitos círculos europeus...

AV - Uma Europa alargada verá acentuarem-se os problemas de governança, como agora se diz.

JMDB - Discordo dessa expressão. Li o texto dos serviços de tradução da Comissão Europeia sobre o tema e continuo a achar que o uso da palavra "governança" não está consolidado em Portugal.

AV - Alexandre Herculano fala de "governança" referindo-se à sociedade medieval...

JMDB - O argumento da Comissão é que governança está mais perto do francês. Muito francamente, e com todo o respeito pela língua francesa, isto não é argumento. Acho que em Portugal "governança" provoca irritação, e isso é mais um argumento para os anti-europeus. Quando se fala em *good governance*, eu diria os princípios do bom governo. Quando se diz *governance* em geral, acho que se deve traduzir por governação, porque governança caiu em desuso e parece-me forçado voltar agora a impor o termo.

AV - Governança ou governação, como se preferir, é uma questão que está na ordem do dia nas reformas da União. Sei que se considera federalista...

JMDB - Não tenho nada contra o federalismo mas é um abuso classificar-me como federalista. Devemos analisar as circunstâncias e teremos que reconhecer que o sistema federal é, nalguns casos, do ponto de vista democrático, o sistema ideal para muitos Estados - nomeadamente os Estados Unidos, Suíça ou Alemanha, que são praticamente inconcebíveis sem o modelo federal. Não se me põe portanto a questão de ser ou não federalista em tese geral, mas sim relativamente a um ou outro caso concreto de organização estadual ou de modelo de integração regional. No que diz respeito à Europa, o processo europeu é um processo original e único. De facto, não há outro na história com contornos semelhantes em termos de associação de Estados. E recuso quer o modelo de superestado europeu quer o da pura organização intergovernamental. Estamos algures entre estes dois extremos. Penso que haverá necessariamente que recorrer, neste espaço que é vastíssimo, a

alguns mecanismos de natureza federal. Aliás já existem. A moeda única tem naturalmente uma lógica federal, isso é indiscutível. Há portanto que perder medo do tabu federalista. Curioso é que o recente debate europeu mostra desenvolvimentos interessantes quando, por exemplo, vemos pessoas insuspeitas de federalismo defenderem, ou pelo menos admitirem, a hipótese de um senado europeu. Ora o senado europeu é tipicamente um mecanismo de tipo federal! Alguns políticos considerados eurocépticos já aceitam agora o senado europeu porque compreenderam que a simples lógica intergovernamental não defende suficientemente o princípio da igualdade entre os Estados membros. Verificámos isto em Nice, onde houve uma reponderação do peso dos Estados numa lógica intergovernamental, não federal, que objectivamente prejudicou os pequenos Estados. A pura lógica intergovernamental conduz-nos a uma Europa cada vez mais desequilibrada.

AV - Neste debate nem todos os que se intitulam federalistas são por uma federação de Estados, muitos são por um estado unitário europeu.

JMDB - Aí estou frontalmente contra. Sou contra o projecto de um superestado europeu. Acho que não funcionará. Não há uma base de identidade e cidadania europeia suficiente. A identidade como sentimento de comunidade e de espaço público não está tão desenvolvida na Europa para que se possa ignorar a questão nacional. A comunidade nacional é, claramente, o principal espaço político de referência...

Um dos meus mestres - mas nem sempre devemos seguir os nossos mestres - foi Denis de Rougemont, um federalista quase radical, que via o Estado como um mal e portanto achava que se devia ultrapassar o Estado-nação, pois considerava o estado-nação responsável pelas guerras e grandes desgraças no nosso continente. Por isso queria curto-circuitar o Estado-nação através das regiões ao nível infra-estadual e de uns Estados Unidos da Europa, ou de uma federação europeia, ao nível supranacional. Aliás a maior parte do federalismo europeu clássico orienta-se neste sentido. Hoje surgem outras noções de federalismo como a proposta por Habermas, por exemplo. Uma certa esquerda entende que o chamado neo-liberalismo que se associa à globalização exige uma resposta. Como os elementos mais esclarecidos da esquerda já perceberam, o Estado nacional não consegue dar uma resposta; por isso vêm agora sustentar, numa posição defensiva, que se devem transpor as características do Estado-nação para o plano europeu. Nesta perspectiva, o chamado modelo social europeu já não pode ser assegurado pelo Estado, e deve pois ser garantido pela União Europeia.

Tendo por objectivo avançar para uma união cada vez maior entre os povos da União Europeia, temos porém que ser pragmáticos, e é muito importante que não nos dissociemos do sentimento da opinião pública ou das diversas opiniões públicas, porque obviamente não há ainda "uma" opinião pública europeia consolidada. Por isso sou favorável a alguns mecanismos de natureza federal, embora seja abusivo dizer-se que sou federalista ou que quero um modelo exclusivamente federal para a Europa. Durante o futuro previsível vão coexistir, estou certo, elementos de tipo federal com elementos de natureza intergovernamental.

AV - O que coloca a questão das competências centrais da União e das competências dos Estados...

JMDB - Acho que em geral deve seguir-se o princípio da subsidiaridade. Mesmo ao nível do Estado português há demasiadas competências ao nível central, na saúde ou na educação por exemplo. Deviam passar para o nível municipal ou para novos níveis intermédios, entre o municipal e o estadual.

AV - Esse era o objectivo do projecto de regionalização em Portugal.

JMDB - Discordei do modelo de regionalização proposto mas sempre disse que tinha que haver uma descentralização muito mais ambiciosa. No plano europeu, defendo o princípio da subsidiaridade mas não uma renacionalização das políticas comunitárias. A União Europeia precisa de desenvolver políticas comuns. Entre estas, considero perfeitamente indispensável a chamada política de coesão económica e social - que traduz, afinal, uma questão de solidariedade. Se não houver mecanismos de solidariedade colectivamente assumidos, então obviamente que não avançaremos para o tal espaço comum, para a tal noção - para citar Habermas - de que um sueco se sinta tão responsável por um português como se fosse por outro sueco. Aqui há uma contradição terrível na Europa entre as declarações proclamadas no plano político e os meios efectivamente consagrados à União.

AV - Perante o défice democrático e de governabilidade europeia está a encetar-se um vasto debate, o grande debate que deve anteceder a próxima conferência intergovernamental, nomeadamente no que diz respeito aos poderes da Comissão, do Conselho e sobre as competências e composição de uma segunda câmara, a proposta mais radical e um pouco utópica foi feita pelo Chanceler Schroeder.

JMDB - A proposta do senhor Schroeder é muito interessante porque procura quase que uma equivalência perfeita entre o modelo alemão e o modelo europeu mas que me parece de facto irrealista pelo menos nas actuais circunstâncias. Não vejo os go-vernos europeus em condições de prescindirem de um órgão inter-governamental por exemplo em matérias como a política de justiça e assuntos internos ou de política externa.

AV - Várias são as propostas de composição de um futuro Senado. Schroeder propõe que o senado seja formado por representantes dos governos , outros dos parlamentos nacionais e outros que sejam eleito por sufrágio directo a nível nacional.

JMDB - Ainda só agora começou o debate. A título pessoal, penso que o que faz sentido, considerando que se trata de representantes do Estado, é a sua eleição directa em cada Estado. A ideia de formar o senado com representantes dos parlamentos, também é uma hipótese, mas parece-me mais adequado, sobretudo de um ponto de vista de legitimação que os senadores europeus sejam directamente eleitos em cada um dos respectivos países.

AV - Qual será o futuro da Comissão? Ela tem sido alvo de muitos ataques...

JMDB - É verdade. Mas muitos desses ataques são injustos porque se esconde que os próprios Estados membros não dão resposta aos problemas. A habitual comparação entre as Comissões de Delors e Prodi esquece também que o senhor Delors tinha a apoiá-lo o senhor Khol. É obvio que, se os próprios governos não dão espaço à Comissão e têm uma visão cada vez mais "nacionalista", a Comissão tende a perder autoridade.

AV - Mas pode ser reforçada a legitimidade da Comissão?

JMDB - Sou favorável ao reforço do peso e da legitimidade da Comissão. Mas é difícil falar de um órgão sem ter em conta o equilíbrio global. Alerta, contudo, contra os excessos de alguns exercícios de engenharia institucional. Mesmo com um modelo "perfeito" do ponto de vista de legitimidade formal, falharia sempre qualquer coisa. Não há ainda o tal espaço público europeu. Estarmos a criar um modelo muito avançado do ponto de vista institucional mas sem correspondência efectiva com a realidade, não resulta. Por isso é que sou contra um certo

experimentalismo vanguardista em matéria institucional. O que temos que fazer é aumentar o sentimento de comunidade na Europa.

AV - Como reforçar esse processo de conhecimento mútuo? O ensino sobre a história e a realidade actual dos outros países europeus parece essencial...

JMDB - O ensino, mas também o desenvolvimento de uma língua de utilização comum que será o inglês sem prejuízo das línguas nacionais. Provocatoriamente, diria que o verdadeiro centro da Europa não está na Europa, está fora dela: são os Estados Unidos. Hoje em dia, quer queiramos quer não, o modelo cultural dominante é de facto o norte-americano.

AV - O peso da cultura popular norte-americana não é um factor identificador da Europa, é uma questão global...

JMDB - Sem dúvida, mas faz sentir bem o seu peso na Europa. Por isso a construção europeia tem um problema que pode ser uma vantagem: não há um centro europeu, a Europa não é um império. Os impérios têm um centro, o império romano tinha um centro, o império soviético também. A Europa não tem centro, e ainda bem! No entanto, a Europa está num diálogo permanente com os Estados Unidos, que de certa forma são uma espécie de centro alternativo que contribui para a própria Europa se estruturar e afirmar nessa relação com um "outro" não antagónico.

AV - Mas os Estados Unidos representam também o contra-modelo do ponto de vista da política de potência. A Europa é a deslegitimação da política de potência, e a procura de uma certa autonomia em relação aos Estados Unidos...

JMDB - Acho errado construir a Europa por oposição aos Estados Unidos. Até porque a própria Europa é demasiado pequena. Em termos de civilização não há dúvida que americanos e europeus partilham basicamente os mesmos valores. Portanto não devemos substituir o estreito nacionalismo nacional por um mesquinho nacionalismo europeu.

AV - Mas acha que o processo de integração europeia, nessa perspectiva, iria além da Europa? Seria transatlântico?

JMDB - Não. O processo de integração europeu é obviamente europeu. Mas não deve ser, como alguns desejam - e na Europa muitos o têm feito, há um certo pós-gaulismo mal entendido -, uma construção contra os Estados Unidos.

AV - Subsiste porém a discrepância dos modelos. Os Estados Unidos continuam a ser uma potência tradicional, fazem uma política de potência. A construção europeia deslegitima a política de potência entre os seus membros. Aquilo que recusamos entre os Estados europeus, poderíamos assumir em relação a terceiros?

JMDB - Acho que faz parte, também, da identidade europeia a capacidade de se afirmar perante o mundo. Mas espero e desejo que seja uma potência não agressiva, que se assuma como potência defendendo os valores caros à nossa civilização, mas sem quaisquer complexos: a Europa, se tem peso político e diplomático, deve usá-lo.

AV - Mas será um sistema multipolar, de equilíbrio de potências, estável? Poderá a União assumir uma política de potência a nível internacional sem por em causa os seus valores?

JMDB - Na minha própria experiência nos Negócios Estrangeiros verifiquei que

muitas vezes eram os próprios países ditos não alinhados que pediam à Europa que se comportasse como uma potência. É desejável que a Europa tenha um papel de equilíbrio no sistema que hoje em dia aparece excessivamente concentrado. A Europa pode dar um contributo, como potência, para uma certa racionalidade à escala global e agir como um contraponto - que não um contra-poder - relativamente aos norte-americanos.

Vejamos por exemplo o caso do comércio. A Europa é uma potência - e de que maneira! - e ainda bem. É no interesse europeu e, creio, no interesse global que assim seja: imagine-se o que seria se uma única potência ditasse as regras do jogo. Mais vale termos duas ou três potências à escala global. E se essas potências não divergirem relativamente a princípios essenciais, tanto melhor.

AV - Mas a União pode optar quer por uma perspectiva unilateralista quer multilateralista.

JMDB - Espero que a Europa tenha uma visão mais multilateral, até pela sua própria configuração, pelas ligações externas que os países membros tiveram e mantêm com outras regiões do mundo. A Europa deve ser uma potência que dá um contributo positivo para uma ordem mundial mais equilibrada. É esse o meu desejo e a minha convicção. Também depende de nós.